

ROMPENDO SILÊNCIOS

Vivências de enfrentamento à violência sexual na perspectiva dos profissionais da rede de proteção

FERNANDA PIMENTEL FARIA DE MIRANDA

Psicóloga

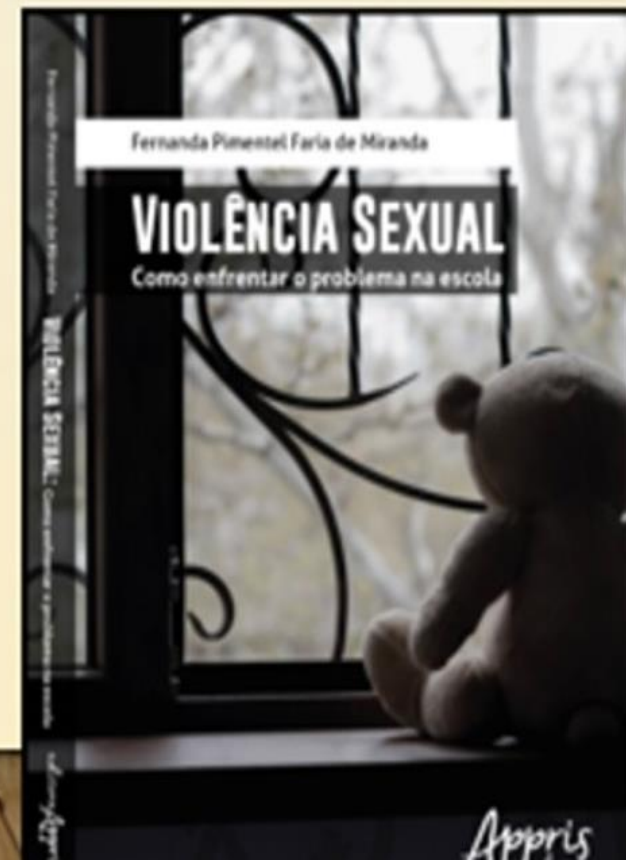
Doutoranda - Psicologia do Desenvolvimento Humano e Saúde

Mestre em Educação Social

Especialista em Terapia Cognitiva Comportamental

AUTORA DO LIVRO:

“**VIOLÊNCIA SEXUAL: COMO ENFRENTAR O PROBLEMA NA ESCOLA**”



Introdução

1. O que é a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente?

2. Por que rede?

3. Quais as instituições públicas localizadas no início da Rede de Proteção “portas de entrada”?

Portas de Entrada na Rede de Proteção

- **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**
- **Sistema Único de Saúde (SUS)**
- **Sistema Educacional Brasileiro**

Como se concretiza a Rede de Proteção?

Tempo Institucional *versus* Atuação na Rede de Proteção

- **Sistema Educacional Brasileiro**
- **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**
 - **Sistema Único de Saúde (SUS)**

Quem são os profissionais na Rede de Proteção?

- **Sujeito histórico e social - Pessoas reais, crianças e adolescentes reais e suas histórias de vida reais.**
- **Pessoas que enfrentam as mais diversas formas de violência cotidianamente.**
- **Pessoas que vivem no limite de emoções contraditórias entre:**
 - ***o MEDO e a CORAGEM;***
 - ***a PARALISIA e a ESPERANÇA;***
 - ***a DOR e o ACOLHIMENTO.***

Sentidos do Enfrentamento à Violência Sexual

Que motivos levam um professor a calar-se ou enfrentar ativamente uma violação de direito sofrida por um de seus estudantes?

- **Ação de enfrentamento - coletiva, política, articulada à Rede de Proteção.**
- **Considerar individualmente a pessoa do profissional da saúde, da assistência ou da educação descolada de seu contexto social de atuação.**
- **Risco e erro de depositar na pessoa, no agente público, sozinho, a responsabilidade pela solução ou culpa pela não solução do caso.**

Culpa e Pacto do Silêncio

- Estudos antropológicos – Tabu do Incesto.

O tema da sexualidade é um tabu e comumente provoca sentimentos de culpa ou vergonha por estar cercado de mitos, restrições morais e religiosas, preconceitos e estereótipos.

- Culpa que se atualiza nos dias de hoje...
- Que se vincula com o pacto do silêncio em muitos níveis de concretização.
- A prática da violência sexual tem sido historicamente silenciada.

Silêncio Histórico na Área de Estudos

- 1860, na França, Ambroise Tardieu - primeiro estudo que ousou romper com o silêncio sobre a violência que os pais impunham aos filhos.
- 1962, nos Estados Unidos, “redescoberta” dos médicos Kempe e Silverman com a “síndrome da criança espancada”
- 1970's, Fontana, amplia<>encobre o fenômeno ao incluir “maus tratos” como privações emocionais e/ou nutritivas. Na medicina, a “síndrome do maltratado” resgata o tom moralizante e encobre práticas de tortura, assassinato e violência sexual.

Silêncio Histórico na Área de Estudos

- 1969-1979 – Sociólogos americanos David Gil e Gelles explicam o fenômeno como “abuso” ou “violência”, ênfase na ação dos pais abrangendo práticas culturais mediadas pela dor física, desde as mais comuns às mais cruéis.
- 1980's – Europa e EUA, primeiras denúncias públicas de casos de incesto. Período marca a entrada na psicologia no campo, foco também nas consequências psíquicas, além danos físicos.
- Estudos de Florence nos EUA e da médica Nawal El Saadawi, 1982, no Brasil.

Silêncio Histórico na Área de Estudos

- 1988 – 1992, Brasil, São Paulo - Centro de Atenção à Violência Doméstica, SOS Criança, Secretaria de Estado da Criança, Família e Bem-Estar Social
- 1990's ECA. – Estudos multidisciplinares.

Como Romper com o Silêncio?

- Política de Proteção Integral.
- Artigo 227 da Constituição Federal de 1988.
- Artigo 245 do ECA.

Artigo 277 da Constituição Federal de 1988

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Artigo 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

O Enfrentamento à Violência Sexual na Escola

- Não se trata exatamente de desconhecimento sobre a legislação, embora formação em cursos de graduação, capacitação em serviço, programas de divulgação e ações conjuntas com a escola e outras instituições que compõem a rede sejam indicadas como necessárias pelos professores.
- Sentidos que orientam motivos em processos emocionais que ora impulsionam ações de enfrentamento, ora são obstáculos, limitam e impedem essas ações na escola.

Vivências de Enfrentamento dos Profissionais da Rede

- “Porque quando a gente se depara com um caso assim, a gente entra em pânico, porque a gente não sabe o que fazer. A gente não sabe como ajudar a criança.”
- “A gente se choca, fica meio revoltado, mas pensei: O que eu vou fazer? Não tinha nada comprovado. A gente fica com medo de criar um tumulto com uma coisa que, às vezes, aos nossos olhos, pode ser que seja, pode ser que não.”
- “A gente se sente impotente. [...] E você não tem o que fazer. Vou levar essa criança para minha casa? Mas ela pode voltar para casa dela com o cidadão que está fazendo? Que está agredindo a criança?”
- “Em princípio, eu fiquei muito pensativo de como é que seria o presente e o futuro dessa criança, principalmente o futuro. Porque todas as reações diferentes, tudo vai se refletir lá. As crises na cabeça dela. Eu pensei nisso. Ela pode repetir esses atos, ou ter aversão a qualquer tipo de homem ou de mulher. Vai se refletir na personalidade dela.”

Processos de Emoção em Ações de Enfrentamento

Os profissionais vivenciam uma diversidade de emoções.

- Alguns se revoltam, ficam nervosos, preocupados, tristes, sentem medo e impotência.
- Ficam chocados, em pânico, não sabem como agir, como confortar a criança.
- Sentem-se vulneráveis, sofrem, se colocam no lugar da criança e do adolescente e atribuem para si a responsabilidade de fazer algo para ajudar.
- Sentem-se psicologicamente vulneráveis, ameaçados pela desestruturação que o tema representa, especialmente por não sabem como confortar a criança/adolescente ou minimizar a sua dor.

Processos de Emoção em Ações de Enfrentamento

- “Então, fiquei muito, muito triste. Na verdade, é isso: triste pelo que pode refletir na vida dela. Me entristeceu, honestamente, muito.”
- “Eu fiquei pensando, eu me pus no lugar deles. Porque ela é vítima, ela não consentiu, com certeza. Então, me entristeceu [...].”
- “Eu não tenho filhos, mas tenho sobrinhos. Meu cunhado mora na fazenda, às vezes, vai para cidade. E você deixar uma criança com um desconhecido na fazenda, em questão de minutos pode acontecer, várias vezes, em uma semana, em um dia.”
- “E, é que nem eu falei pra você, às vezes, a criança não conta para a mãe, mas conta para gente.”

Processos de Emoção em Ações de Enfrentamento

- “Porque queira ou não queira, você convive um ano, dois, três, quatro com essa criança. [...] então, se ela contou para você é porque ela confia em você. Então, você tem de corresponder. E corresponder é ajudando.”
- “A gente tem que ter ousadia para ajudar as pessoas realmente.”
- “Não terminou bem, porque nunca termina bem uma situação dessas. Eu acho que não. Mas, pelo menos, foi bem conduzido”.
- “Mas, o importante é que um pouquinho que a gente fazia ia resolvendo, sabe? Aquele pouquinho que eu me propunha a fazer ia encaminhando a vida, a situação das crianças.”

Sentidos Atribuídos à Ação de Enfrentamento

- Os sentidos vinculam-se a ter coragem, ter ousadia, atender um pedido de socorro, ajudar uma criança ou um adolescente, aliviar a dor de alguém, não ser mais um a calar-se e resolver lentamente um problema.
- Também significa ter sensibilidade, colocar-se no lugar do outro, ter empatia, sofrer, entristecer-se, sentir-se impotente, sozinho, sem apoio e vulnerável, ficar preocupado, “remar contra a maré”, ser perseguido e sofrer retaliação.
- O enfrentamento significa também olhar para a dor e conviver com ela. Saber que essa dor não termina com a denúncia ou com a resolução do caso.
- Além desses sentidos, o enfrentamento a esse tipo de violência na escola pode significar julgar, levantar suspeitas, correr o risco de condenar ou injustiçar um inocente, acumular funções e assumir mais responsabilidades.

Processos de Emoção em Ambivalência

- “Você tem que ter muito cuidado na hora de comentar essas coisas, não adianta você falar para o pai, você não pode provar nada.”
- “Aí, quando você toma um partido e vai denunciar. Às vezes, a coisa em vez de acontecer para quem está praticando, termina revertendo para quem denunciou. [...] Eu acho que é por isso que a população ainda fica com medo de fazer essas denúncias, porque às vezes a coisa termina virando para o outro lado.”
- “Porque, também, eu penso assim: é muito sério isso. É muito sério, porque uma criança. Todo mundo fala assim: ‘criança não mente’. Não! Criança mente sim. Criança falta com a verdade. Eu convivo com isso. Na maioria das vezes, quando você aperta, conversa sério, quer saber, aí ela fala a verdade, na maioria das vezes. Mas, mesmo assim, tem que ser investigado.”

Processos de Emoção em Ambivalência

- “Às vezes não é isso, não é para chamar a atenção. Realmente está acontecendo a violência ali. Então, é meio complicada essa situação. Você quer saber se o adolescente está falando a verdade, se ele está mentindo, se está chamando a atenção, porque ele quer mais atenção para ele, porque ele fica o dia inteiro lá sozinho dentro de casa.”
- “Eu não sei até que ponto também você pode desconfiar, achar que está sendo verídico, até que ponto é verídico ou não o que a criança está falando. É difícil de analisar. Então, tem que ser uma coisa muito ampla. [...] Porque acusar uma pessoa de um ato de um abuso sexual, de uma violência contra uma criança, é muito sério. E se ela for presa? Se ela sofrer e não for ela, e aí? São duas injustiças que estão acontecendo. Então, tem que ser muito criterioso, muito cuidadoso. Com muito cuidado, muita seriedade, porque existem mais pessoas envolvidas.”

Processos de Emoção em Ambivalência

Os Profissionais se sentem tomados de medos e preocupações que os paralisam e dificultam de encaminhar as denúncias.

- Preocupações e medos em ambivalência: medo de cometer uma injustiça com a criança, revitimizando-a, ou com o adulto, culpabilizando-o por um crime.
- Medo da retaliação por parte do agressor, de perceber-se sozinho, sem apoio dos colegas, da direção da escola.
- As preocupações em cometer injustiças, com a credibilidade, dar ou não crédito às palavras da vítima independentemente de ela ser criança ou adolescente, com a verdade, com o bem estar da criança/adolescente, com a demora na investigação.

Outros Sentidos das Ações de Enfrentamento

- Os professores também expressam sentidos da ação de enfrentamento que podem impedi-los de encaminhar as denúncias.
- Na maioria das vezes, sentem-se em contradição, querem ajudar e, ao mesmo tempo, são tomados por inúmeros temores e preocupações. Medo de retaliação, de cometer injustiças, de interpretar mal a situação, de criar tumulto, de ser mal visto pela sociedade.
- A suspeita, a denúncia ou a busca deliberada pela defesa da criança/adolescente, pode ao mesmo tempo, significar cometer uma injustiça ao adulto acusado e/ou a criança/adolescente. Desconfiar do abuso significa levantar suspeitas sobre pessoas desconhecidas ou acima de qualquer suspeita.

Outros Sentidos das Ações de Enfrentamento

- A demora no encaminhamento e na apuração dos fatos, a falta de visibilidade social da punição do agressor e a descrença no sistema jurídico e político aumentam o medo de represália e de retaliação para aquele que faz a denúncia.
- A denúncia e o enfrentamento podem ser vistos como invasão da privacidade familiar, intromissão nas vivências da família.
- Acreditar nos relatos da criança pode significar uma obrigação em comprometer-se com o enfrentamento, sentir-se culpado por levantar suspeitas sobre pessoas aparentemente acima de qualquer suspeita, sentir-se culpado pela desestruturação familiar da vítima (ainda que a existente seja precária), o reconhecimento da falha dos pais, colocar-se em posição de rivalidade com os pais da criança/adolescente vítima de violência.

O Caminho do Enfrentamento na Escola

- Geralmente ocorre em duas etapas: 1ª junto à criança/adolescente e a 2ª junto à outros profissionais na escola e/ou da rede de proteção.
- As estratégias usadas na 1ª etapa são: desconfiar acerca das causas do comportamento; ficar em um lugar seguro e tranquilo para conversar a sós; estabelecer uma relação de confiança e se mostrar como alguém capaz de ajudar; dizer ao aluno os próximos passos do enfrentamento, clarificando como será feito e buscando tranquilizá-lo.
- Tais procedimentos são importantes para que o pacto de silêncio entre vítima e agressor seja interrompido. Contudo, essa é a primeira parte da ação de enfrentamento. Após tomar conhecimento do caso, os professores costumam fazer novos encaminhamentos junto à coordenação/direção da escola, e/ou à família, e/ou ao conselho tutelar.

O Caminho do Enfrentamento na Escola

- Escolas Públicas - os casos de suspeita e/ou denúncia são encaminhados pelos professores para a coordenação, orientação educacional e/ou direção que fazem os devidos encaminhamentos ao conselho tutelar e/ou a família.
- Escolas Privadas - o caminho é semelhante, a diferença está na figura da psicóloga que aparece desempenhando um papel no enfrentamento junto com a coordenação e os professores.
- O conselho tutelar foi identificado como a instituição fora da escola, para a qual devem ser encaminhadas as denúncias e suspeitas. Alguns também lembraram que a denúncia pode ser feita na delegacia de polícia pelo professor, pelos familiares ou pelo próprio conselho tutelar.
- Contudo, há uma consciência parcial de como deve-se seguir o fluxo de encaminhamentos, as instituições responsáveis e a possibilidade de se realizar denúncias anônimas, fazendo com que as escolas adotem um protocolo não previsto pela legislação.

O Caminho do Enfrentamento na Escola

- “Primeiro, a orientação vai chamar a criança. E a criança confirma. Se a criança não confirmar eles não podem dar um encaminhamento, dar sequência à averiguação. Se ela falar que realmente está acontecendo, se for um caso que a criança realmente confirma, aí eles vão entrar em contato com o conselho tutelar. Aí o conselho vem e averigua se isso está acontecendo. Confirmado que isto está acontecendo, aí eles vão ver o que é que pode ser feito pela criança: ver se ela vai precisar ir para um abrigo, se vai ter um outro familiar que pode ficar com essa criança e isso demora em torno de quase dois meses para ser feito. Para ser verificado, demora.”
- “Então, eu penso que só a gente basta. Falou para gente, a gente tinha que ter esse poder para encaminhar, às vezes.”

O Caminho do Enfrentamento na Escola

- “Se o aluno se abriu com aquele professor é porque ele confia nele. Então esse professor tem que continuar junto com esse aluno, acompanhando o caso, mesmo que precise de ajuda da direção da escola. Porque senão o caso pode dissolver ali mesmo, sem ter a solução que ele merece.”
- A gente fica de mãos atadas. Nosso trabalho é relatar ao orientador, e o orientador de uma escola não tem só esse caso para avaliar, para averiguar. Ele tem muitos outros casos. Então, talvez, se a gente tivesse um contato direto com o conselho tutelar: Talvez se tivesse uma linha direta para a gente denunciar, talvez fosse mais fácil, mais rápido. Um dique-denúncia, porque é muito demorado.

O Caminho do Enfrentamento na Escola

- As escolas têm adotado um fluxo de encaminhamentos um pouco diferente do previsto na legislação.
- Esse procedimento de, primeiramente, verificar junto à criança ou ao adolescente sobre seu relato e posteriormente comunicar ao conselho tutelar pode vir inibir ou constranger a criança em ter que relatar para mais pessoas a situação de abuso.
- Essa situação pode até mesmo fazer com que a criança mude seu discurso ao ser interrogada pela orientadora. Isso porque o vínculo de confiança estabelecido com o professor nem sempre também se estabelece com a orientadora educacional ou direção.

O Caminho do Enfrentamento na Escola

- Os relatos dos professores sobre o caminho do enfrentamento na escola evidenciam uma consciência parcial do que preconiza a lei. Uma vez que a denúncia pode partir de vários locais: se iniciar pela comunidade em geral, pela escola, por meio de hospitais, da própria família ou vizinhos ou, ainda, partir de denúncias anônimas.
- Não é preciso comprová-las, nem mesmo há a necessidade de a criança repetir a mesma história várias vezes para cada um dos profissionais. O trabalho de investigação e confirmação do abuso sexual não é papel da escola ou dos professores.
- Essa situação constrange, expõe e re-vitimiza a criança que é forçada a reviver o mesmo fato. Essa prática comum nas escolas e relatada pelos professores fere o direito de crianças e adolescentes, as expõem a situações e dores desnecessárias, colocam-nas em situações de angústia as quais podem, até mesmo, reforçar a ação de calar seu pedido de socorro e continuar sofrendo silenciosamente os abusos.

Articulação da Escola com a Rede de Proteção

- Dentre as dificuldades encontradas para que a escola se articule de modo mais efetivo na rede de proteção à criança e ao adolescente estão:
- Modo de organização institucional – isolamento e fragmentação do trabalho professores.
- Ausência de Equipe Multiprofissional.
- Pouca articulação com demais instituições da Rede de Proteção.
- Grande quantidade de trabalho, acúmulo de funções, a baixa remuneração, cansaço e o adoecimento em serviço, a falta de reconhecimento social de seu trabalho e a grande carga de responsabilidades que assumem ao exercer o papel de educadores.

Limites e Possibilidades da Atuação do Professor

- “É, graças a Deus nós somos professores, nós não somos nem padre, nem policial, nem psicólogo e nem psiquiatra.”
- “Porque na verdade, nós somos professores, não investigadores, não policiais. Então, poder falar assim: ‘está sofrendo abuso’. Não dá para poder afirmar alguma coisa”.
- “Embora seja uma coisa que você vê, que acontece e todo mundo sabe, você não vê toda hora”
- “Talvez teríamos barreiras, porque cada cabeça é uma forma de pensar. Cada professor, de qualquer idade: mais velho, mais novo. Cada professor pensa de uma forma”.

Limites e Possibilidades da Atuação do Professor

- “São vários fatores mesmo que influenciam contra. Para poder atuar contra isso, primeiro você tem que fazer o básico. E o básico não está fácil. Não está fácil mesmo. [...] E outra, para o professor, hoje, está difícil para ensinar a ler e escrever, para educar.”
- “A escola está ultrapassada demais. A escola não tem uma equipe multidisciplinar de profissionais para atender as necessidades de formação integral do aluno. Isso fica impossível como está organizado. A escola caminha sozinha. Caminha só com aquela equipe de educadores.”
- “Como os educadores vão fazer tudo isso?” Fornecer subsídios para esses alunos e atenção para família. “Não tem como. Eles têm de ensinar os alunos.” Os professores contam com o apoio de um orientador educacional ou do diretor. “Quem fica ali é um orientador educacional. Um orientador para atender, por exemplo, um turno. Pode ser que em uma escola grande um turno tenha 600 alunos, entendeu? Então, não dá para você abraçar toda essa situação, né?”

Limites e Possibilidades da Atuação do Professor

- Os professores têm consciência dos problemas dos alunos, mas sentem os limites de sua atuação. Talvez, por isso, afirmem que “o enfrentamento é pessoal. Caso a caso” e terminem por ter uma visão individualista e pessimista das ações de enfrentamento na escola, ressaltando mais os aspectos negativos, que os positivos dessa ação.
- Contudo, não se trata de uma ação que a escola assume sozinha, mas em parceria com todas essas esferas sociais.
- De fato, uma maior aproximação entre a escola, os conselhos tutelares e as delegacias da infância e juventude ajudaria a divulgar aos professores, alunos e toda a comunidade escolar o papel e atividades desempenhadas por esses órgãos e como a rede de proteção poderia funcionar.

Limites e Possibilidades da Atuação do Professor

- É necessário que essas instituições tornem-se mais visíveis para a sociedade como um todo e para a escola, explicitando suas ações e competências, especialmente nos casos de violação de direitos devidos às crianças e adolescentes.
- As práticas de enfrentamento à violência sexual na escola implicam que vários outros profissionais e instituições ajam de modo interdisciplinar e articulado em rede com o trabalho do professor.
- É impossível ao educador, sozinho e sem o apoio ou com o isolamento da escola das demais instituições que se articulam na rede de proteção à infância e à adolescência, colocar em prática as ações de enfrentamento de modo efetivo. Que se traduza como ação de política pública e não como uma prática pontual dependente apenas de fatores pessoais dos profissionais.

Limites e Possibilidades da Atuação do Professor

- Isso implica em articular e, muitas vezes criar, espaços públicos institucionais e mecanismos de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, contemplando a participação social e o controle desses espaços e mecanismos também pela sociedade civil.
- Assim se apresenta o grande desafio proposto pelo ECA, uma vez que pressupõe uma organização em rede entre as muitas instituições públicas e não públicas no intuito de efetivar sua normatização, implantar e implementar novos órgãos e serviços, articular as ações do âmbito da saúde, da assistência social e da justiça, assim como os projetos que venham sendo desenvolvidos pela sociedade em geral com vistas a operacionalizar o Sistema de Garantias de Direitos.

Novas Possibilidades nas Ações de Enfrentamento

Quem são os reais profissionais da assistência social?

Quais limites impactam o cotidiano do trabalho de vocês?

E quais as possibilidades de atuação e criação poderiam avançar, articulando o trabalho desenvolvido na rede de proteção à criança e ao adolescente?

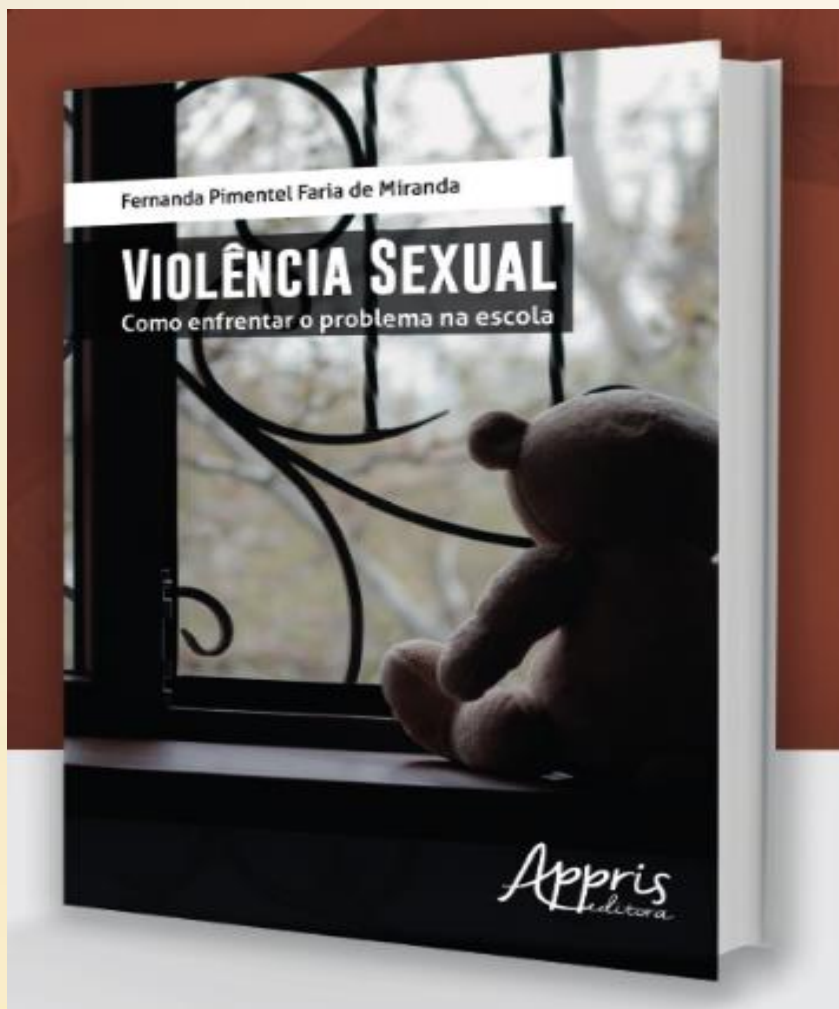
Obrigada!

Fernanda Pimentel Faria de Miranda
Psicóloga

psimiranda@hotmail.com

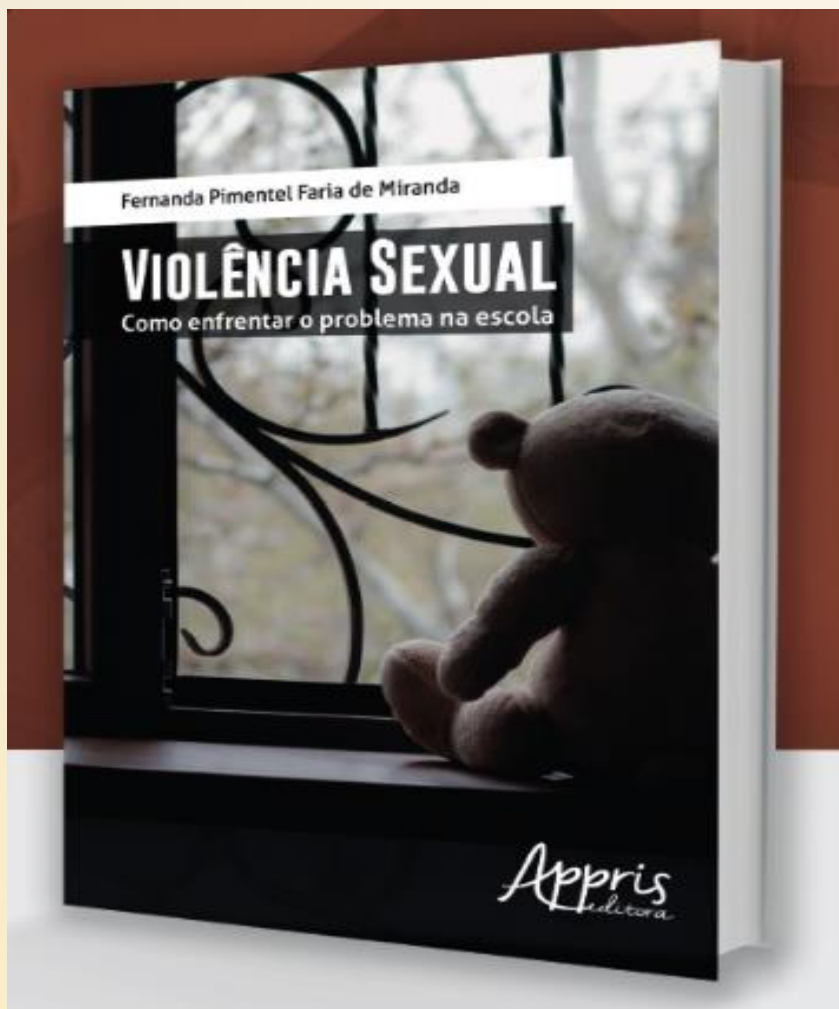
WhatsApp  (61) 9 9906 - 1301

Violência Sexual: Como Enfrentar o Problema na Escola



- O livro.
- 5 Educadores: 1 coordenadora, 2 professores de escola particular e 2 de escolas públicas.
- Relato de 9 casos de violência sexual contra meninas, meninos, exploração sexual e pessoa com deficiência.
- Como produzem explicações sobre a violência sexual vinculando a família – sociedade – escola – sexualidade.

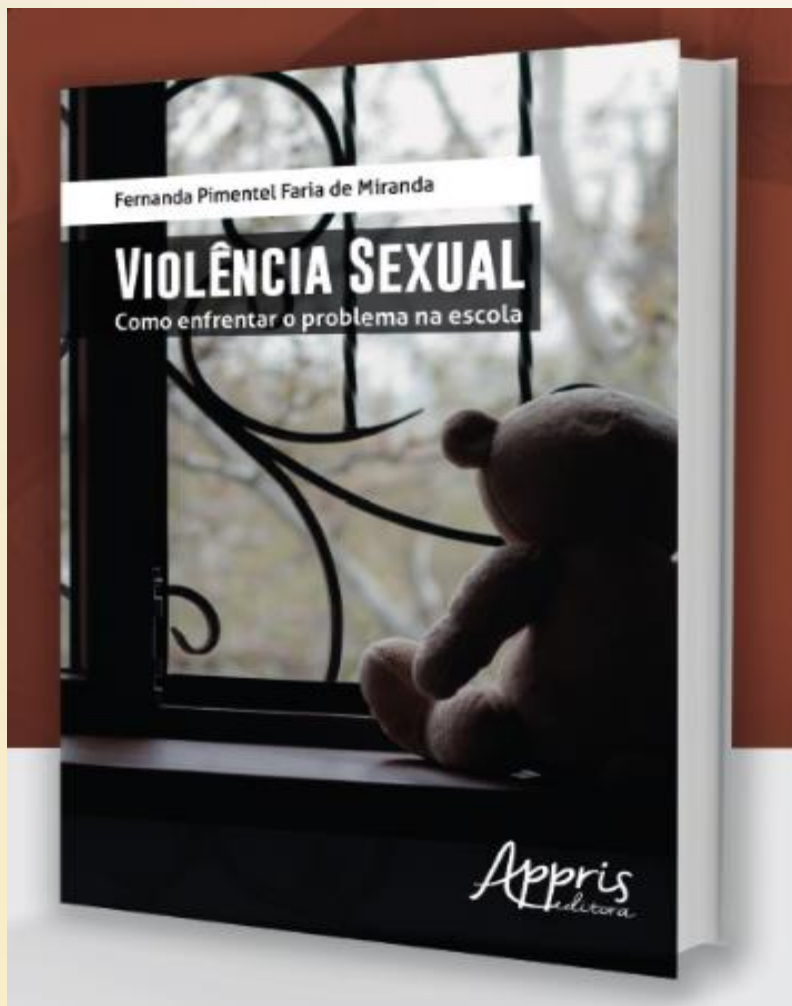
Violência Sexual: Como Enfrentar o Problema na Escola



Temáticas tratadas:

- Definições: O que é violência sexual? Seus tipos? Estupro / Incesto.
- O fenômeno da violência sexual – suas dimensões históricas, sociais e psicológicas;
- O campo de estudos sobre a violência contra crianças e adolescentes – silêncio histórico.
- Dados da violência sexual no Brasil

Violência Sexual: Como Enfrentar o Problema na Escola



- Recorte de gênero da violência sexual intrafamiliar e na escola;
- Como identificar essas crianças e adolescentes na escola?
- Como se sentem e como agem os adultos envolvidos: família, professores, diretores, coordenadores.
- Como enfrentar? Como denunciar?
- Como as escolas geralmente lidam com o tema?

Outros temas relacionados

- Pacto do silêncio;
- Relação com o agressor;
- Sentimento de culpa da vítima;
- Perfil da vítima e perfil do agressor;
- Dinâmica familiar que contribui para o incesto;
- Psicanálise e sexualidade infantil;